

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO VITORIA SPORT CLUBE RELATIVO AO ORÇAMENTO PARA 2016/2017

No parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2015/2016, referimos ser nosso entendimento que neste segundo mandato as condicionantes económico-financeiros são criticamente distintas do anterior. As melhorias impactantes registadas em exercícios anteriores ao nível de consolidação de despesa, reestruturação de pessoal e serviços, a par de uma nova forma de gestão, introduziram mudanças consistentes no Vitória Sport Clube e deixaram pouca margem para atuar sobre estas mesmas variáveis em exercícios futuros. A consolidação financeira do Clube está consumada e abre portas a um novo modelo assente na estabilização gestonária e alavancagem de novas propostas estratégicas. O orçamento agora apresentado interpreta esta nossa convicção e assume-se, também ao nível das grandes opções nele inscritas, como o início de um novo ciclo de medidas importantes e disruptivas.

Face ao exposto e nos termos estatutários, o Conselho Fiscal, deliberou divulgar o seguinte parecer:

1º Os resultados líquidos previsionais apresentam uma melhoria de 55% face ao previsto em 2015/2016, reduzindo-se de um défice de cerca de 390 mil euros para cerca de 173 mil euros. Atendendo a que os valores expectáveis das amortizações, fruto do elevado valor patrimonial em posse do clube, ascendem a 905 mil euros, os meios libertos operacionais apresentam um superavit que ascende a cerca de 733 mil euros (e representa uma melhoria face ao orçamento anterior de cerca de 28%).

2º Ao nível dos ganhos previstos (que ascendem a 3,812 milhões de euros) destaca-se o aumento das receitas com a gestão do património, resultante do contrato celebrado com a Solinca. Neste contrato, a Vitória Sport Clube Futebol SAD, beneficiária à luz do protocolo dessas receitas de exploração, transfere para o Clube os direitos inerentes às rendas, o que permite, por esta via, capacitar o clube com cerca de mais 177 mil euros de receitas correntes. A gestão do património assume pois uma importância renovada que importa destacar.

3º Ao nível das receitas de quotização, prevê-se uma redução de 7% face ao previsional do ano transato. Não obstante estas receitas estarem sobretudo ancoradas ao sucesso desportivo da equipa de futebol, e como tal sujeitas a uma grande volatilidade, parece-nos adequado não se desvalorizarem os impactos que uma reformulação do modelo de cotização e cobrança possam aportar ao potencial de receitas desta rubrica.

4º O orçamento incorpora uma proposta de manutenção da quota para as modalidades até à conclusão do mandato desta Direção (mais 2 anos). O modelo que ditou o nascimento desta quota foi o de dois terços dessa receita ser afeto ao pagamento da dívida das modalidades. Uma vez que as dívidas das modalidades são residuais parece-nos ajustada a proposta da Direção no sentido de a canalizar só e apenas para os custos de gestão corrente das mesmas.

5º Os custos operacionais previstos ascendem a cerca de 2,822 milhões de euros e mantêm-se em linha com os verificados no ano transato, demonstrando contenção e uma linha de orientação estável e sustentada.

6º Ao nível da despesa destaca-se uma redução de 38% dos encargos previsionais de financiamento, isto é, juros e gastos similares suportados (que passam de cerca de 390 mil para 243 mil euros). É consequência de uma renegociação dos spreads dos passivos bancários efetuada pela Direção durante a época de 2015/2016 com impactos significativos nesta rubrica de custos. Em simultâneo foi renegociado o alargamento das maturidades de forma a reduzir o esforço anual de amortização de dívida. A eliminação de despesa futura é enorme e constitui-se como uma importante medida deste novo ciclo gestonário.

7º As contas das modalidades, piscinas e futebol de formação apresentam-se com um défice consolidado de cerca de 80 mil euros. As modalidades são o principal contribuinte líquido negativo, com um défice previsional de 107 mil euros. O futebol de formação apresenta meios libertos de 60.000 euros e as piscinas prevê-se que gerem um défice de cerca de 33.000 euros. Não obstante serem estas as maiores vertentes de interação do Clube com a comunidade vimaranense, a sua gestão continua a evidenciar um apertado controlo de gastos.

8º O Conselho Fiscal estima que a necessidade financeira do Clube para liquidação de passivo para o próximo exercício é de cerca de 1,97 milhões de euros, pelo que se verifica que para além dos meios libertos previstos de 732 mil euros, será necessária uma angariação adicional de liquidez de 1,24 milhões de euros.

9º A VSC Futebol SAD irá lançar no mercado um aumento de capital, que permitirá que o mesmo passe dos 1,535 milhões de euros para os 4,5 milhões de euros, essencial para que possa apresentar capitais próprios positivos e, por esta via, respeite as normas internacionalmente instituídas de fair-play financeiro. Foi-nos comunicado pela Direção ser intenção do Clube acompanhar esse aumento, através da incorporação de 1,186 milhões de euros de suprimentos, mantendo a sua percentagem de participação no capital da SAD de 40%. O Conselho Fiscal considera que o Clube apresenta já rácios financeiros que sustentam esta opção, a par de considerarmos um sinal importante de confiança que o Clube dá aos mercados da atual gestão da SAD e da sua capacidade em esta remunerar convenientemente esse capital aplicado.

Neste orçamento importa pois realçar três importantes formulações com impactos estratégicos de médio e longo alcance temporal: o anúncio de um significativo aumento de capital da VSC SAD, acompanhado pelo Clube; forte redução dos custos de gestão de dívida e das respetivas maturidades; e, por fim, importantes receitas de capital inerentes à melhoria da rentabilização do património do clube. Estes três pilares implicam de forma determinante a estrutura do orçamento e constituem-se a nosso ver como um novo ciclo de medidas abonatórias para a mitigação dos riscos financeiros do Clube.

Considera o Conselho Fiscal que este orçamento está de acordo com a realidade financeira do clube. Não coloca em nenhuma circunstância ou opção estratégica a sua viabilidade futura, e assenta em pressupostos compagináveis com as melhores práticas de previsão de receita e despesa. Por conseguinte, o Conselho Fiscal decidiu por unanimidade dar um parecer favorável à aprovação do Orçamento.

Guimarães, 25 de Maio de 2016